

## OJC Investiga - Cidade tenta salvar cachoeiras e consegue sua primeira vitória

O curso da água do Rio dos Patos pode ser impactado para sempre. O turismo pode nunca mais ser o mesmo e a diversidade ambiental corre risco de sofrer sérios danos. Desde meados de 2011, o risco de essa realidade ser concretizada assombra a cidade de Prudentópolis, na região central do estado e localizada a cerca de 200 km de Curitiba. A construção de uma nova Pequena Central Hidrelétrica (PCH) nas cachoeiras do Salto Manduri e do Salto Barão do Rio Branco, ambas no Rio dos Patos, voltou a ser tema de discussão e disputas judiciais no município. Essa usina seria construída pela empreiteira Dois Saltos, e incluiria a construção de um túnel e canais interligando as duas quedas d'água.

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) concedeu em 2012 a licença prévia para o empreendimento. No entanto, o IAP informa que até segunda ordem, as licenças encontram-se desde o segundo semestre deste ano suspensas. “O órgão aguarda decisão entre município e Ministério Público sobre a Anuência de Uso e Ocupação do Solo, na qual é necessária para emissão da Licença Prévia”, explica o IAP, por meio de nota oficial. A medida aconteceu após atuação da promotoria pública que em julho deste ano emitiu uma recomendação para que a anuência da licença fosse reavaliada pela prefeitura da cidade.

O promotor Ricardo Scartezini Marques determinou no documento que a prefeitura realizasse “a revisão e anulação das anuências municipais para instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no município de Prudentópolis”. Segundo Marques, a construção da PCH não é legalmente permitida “em razão da incompatibilidade da instalação de tais empreendimentos em Zona Especial de Conservação (ZEC), notadamente nas áreas ciliares de todos os cursos d'água do município”.

Segundo a lei municipal, essa Zona Especial de Conservação inclui Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Especial e Reservas Indígenas. Nessa Zona, os usos permitidos são apenas: preservação e recuperação; pesquisa científica; educação ambiental; e atividades turísticas. “Todos os demais usos” são proibidos, conforme aponta a legislação.

O promotor determinou ainda que o IAP fosse comunicado imediatamente da recomendação. Dessa forma, a construção de qualquer usina na cidade foi suspensa. Inclusive a edificação da hidrelétrica São João II que teria as obras iniciadas, segundo o MP, em julho deste ano, no Rio São João. A PCH São João II estaria localizada fora dos limites do Monumento Natural Salto São João, segundo documento do estudo de impacto ambiental.

A prefeitura de Prudentópolis informa apenas que o Plano Diretor da cidade será alvo de reanálise no próximo ano e que a legislação em relação a empreendimentos hidrelétricos no município pode entrar na pauta de discussões.

### LUTA ANTIGA E ATUAL

O município de Prudentópolis é conhecido como a ‘terra das cachoeiras gigantes’. São cerca de cem cachoeiras catalogadas em todo o seu território. O Salto São Francisco é considerado o maior do Sul do Brasil com 196 metros de altura. Por esta característica marcante, o município é também bastante procurado para a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs.

Desde o início da década de 1940 o município já é alvo da instalação de empreendimentos hidrelétricos. A primeira PCH instalada foi a “Rio dos Patos”, em 1946. A segunda, denominada PCH “Salto do Rio Branco”, foi criada em 1956.

Atualmente, são 13 projetos de empreendimentos de geração de energia hidrelétrica junto ao Rio dos Patos e ao Rio São João até a nascente do Rio Ivaí, que podem afetar alguns saltos, como São João, Manduri, Barão do Rio Branco, Sete e Consul Pool. O levantamento foi realizado e disponibilizado pelo promotor público Robertson Fonseca de Azevedo.

Todavia, o caso mais emblemático no município está relacionado justamente à PCH “Dois Saltos”, que afetaria duas quedas das mais visitadas pelos turistas e as mais próximas do centro da cidade – cerca de 7 km de distância. A área diretamente afetada pelo empreendimento corresponde a 300 hectares e inclui 17 propriedades rurais, o ponto turístico de lazer Recanto Jacob Rickli, bem como os Saltos Manduri e Barão do Rio Branco.

A possibilidade da edificação desta usina foi a responsável pelo surgimento de um movimento popular, chamado “Gigantes”, criado para defender as cachoeiras de Prudentópolis e que conta com cerca de 300 pessoas.

O promotor Robertson de Azevedo explica que esse debate vem sendo realizado há alguns anos. “Algumas das cachoeiras afetadas são próximas da rodovia, o que facilita o acesso dos turistas. O que acontece é que se dão valores diferentes para a mesma coisa. De um lado tem o interesse público e da população em preservar o que existe e fortalecer o turismo e de outro o interesse privado de construir uma usina. Sendo que o Paraná já é autossuficiente em produção de energia elétrica”, afirma.

Ele aponta ainda os riscos de construção de PCHs afetar o meio ambiente local. “Sem falar de bens materiais que podem se perder por causa da construção de uma usina e também gerar

perda de terras férteis”, afirma Azevedo.

A secretária de Turismo da cidade, Cristiane Guimarães Boiko Rossetim, afirma que o tema das construções das PCHs na cidade é antigo e polêmico. “Me reuni com algumas das empresas de PCHs e sempre dialogo para que as normativas ambientais e de respeito ao turismo sejam cumpridas”, diz. Ela afirma ainda que sua preocupação principal é para que os pontos turísticos tenham estrutura para receber os visitantes, com normas de segurança e de acessibilidade.

## GIGANTES

O movimento “Gigantes” formado em 2012, após a apresentação do relatório de impacto ambiental da usina Dois Saltos, nasceu com o propósito de lutar a favor do turismo, do comércio e do meio ambiente da cidade de Prudentópolis. O grupo já realizou, desde então, diversos protestos contra a construção de PCHs no município.

Um dos porta-vozes do movimento é o empresário Gerson Renato Tozetto, que atua no ramo do turismo na cidade. Para ele, é necessário investir no desenvolvimento sustentável do turismo. “Com a construção de usinas o impacto no turismo é enorme. Só no meu hotel estimo que seria cerca de 500 pessoas a menos por ano. O Salto do Barão do Rio Branco, por exemplo, é um dos mais visitados por ser de fácil acesso e perto da cidade”, afirma.

Tozetto aponta ainda que serão realizadas novas campanhas de conscientização e que será realizado um processo jurídico para pedir a nulidade de qualquer obra de hidrelétrica na cidade. “A lei municipal não permite isso. A lei deve ser cumprida e vamos fazer nossa parte”, complementa.

O comerciante Antônio Souza dos Santos também é contrário à construção de mais usinas na cidade. “Sou a favor de arrumar a estrutura que existe para que possa gerar mais emprego e renda. Somos uma cidade turística e deveríamos investir nisso”, afirma.

A opinião contrária à construção de usinas encontra coro nos estudantes. O universitário Matias Kastl Júnior considera uma grande “besteira prejudicar o meio ambiente”. “O Salto do Barão é um dos mais visitados. Adoro aquele lugar. Temos um potencial de turismo enorme. Não se acha a quantidade de cachoeiras que temos em qualquer cidade e é preciso manter essa beleza natural viva sem a interferência de empreendimentos que coloquem esses lugares em risco”, salienta.

A estudante Amanda Zaroski compartilha da mesma visão e caracteriza a edificação de novas PCHs como “ridícula”. “A nossa cidade tem um foco no turismo. Construir usinas pode colocar isso em risco”, opina.

*Reportagem produzida pelo núcleo de jornalismo investigativo do Observatório de Justiça e Conservação, o OJC Investiga, e veiculada no [Pural](#).*